RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Sábado, 26 de Julho de 2025

Deputado Gilvan da Federal pede desculpas por desejar a morte do presidente Lula

REPERCUSSÃO NEGATIVA

Correio Braziliense

Após afirmar publicamente que desejava a morte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o deputado federal Gilvan da Federal (PL-ES) voltou atrás e pediu desculpas em discurso no plenário da Câmara nesta quarta-feira (9/4). O parlamentar reconheceu que “exagerou” em suas palavras e disse que, como cristão, não deveria desejar o mal de ninguém.

“Um cristão não deve desejar a morte de ninguém. Eu não desejo a morte de qualquer pessoa, mas continuo entendendo que Luiz Inácio Lula da Silva deveria estar preso, deveria pagar por tudo que ele fez de mal ao nosso país. Mas reconheço que exagerei na minha fala. Peço desculpas”, declarou Gilvan.

As falas que motivaram a repercussão ocorreram na última terça-feira (8/4), durante sessão da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, durante a discussão de um projeto de lei que solicitava o desarmamento dos seguranças do presidente Lula e dos ministros de Estado. Na ocasião, o deputado, que também era o relator da proposta em debate, afirmou:

“Por mim, eu quero mais é que o Lula morra. Eu quero que ele vá para o quinto dos infernos. É um direito meu. Não vou dizer que eu vou matar o cara, mas eu quero que ele morra. Que vá para o quinto dos infernos. Porque nem o diabo quer o Lula. É por isso que ele está vivendo aí. Superou o câncer. Mas tomara que tenha um ataque cardíaco. Porque nem o diabo quer essa desgraça desse presidente que está afundando o nosso país. E eu quero mais é que ele morra mesmo. E que andem desarmados. Não quer desarmar o cidadão de bem? Que ele ande com o seu segurança desarmado.”

Na quarta-feira (09/04), o líder do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara, deputado Lindbergh Farias, protocolou uma queixa-crime no Conselho de Ética da Casa e também na Procuradoria-Geral da República (PGR). O caso pode chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Além disso, a Advocacia-Geral da União (AGU) encaminhou, ainda pela manhã, uma notícia de fato à Polícia Federal e à PGR solicitando que sejam tomadas as providências cabíveis contra o deputado.